

TERRITÓRIO, TRABALHO E PODER: por uma geografia relacional

TERRITORY, WORK AND POWER: for a relational geography

Márcio Freitas Eduardo

FCT – UNESP, P. Prudente/SP

E-mail: marciofreitaseduardo@yahoo.com.br

Resumo: Em uma abordagem cientificamente geográfica, cujo fundamento inscreva-se no âmbito da investigação e da compreensão da complexidade com que o espaço geográfico é apropriado por um determinado “tecido social”, devemos nos apoiar em certas categorias, bem como, em alguns conceitos e teorias-chave. Estas categorias, conceitos e teorias, ao serem utilizados e devidamente amparados por um método investigativo, demandam, por si, outros temas e/ou noções do qual o pesquisador terá que dar conta, caso pretenda aplicá-las no intuito de compreender uma dada realidade objetiva. Em nossas análises, acerca da formação territorial do sudoeste paranaense, primamos pelo território como conceito central em nossas análises. O conceito de território, numa perspectiva relacional, como sugere Raffestin (1993), nos incitou, sistematicamente, a abordarmos mais de perto a questão do poder, ou melhor, dos poderes, como caminho para o estudo e a compreensão dos movimentos do social. Inerente a todas as relações, em todas as fissuras sociais, o poder, imbricado à lógica territorial e aos sentidos que o trabalho assumiu na contemporaneidade, é um elemento fundamental que nos possibilita avançarmos no desvendamento da dialética da produção e da apropriação do espaço territorialmente.

Palavras-chave: Território, relação social, trabalho, poder e alienação.

Abstract: In a geographic scientific approaching, that the basis is in the extent of the complexity investigation and comprehension with that the geographic space is proper for a certain “social woven”, we should lean on certain categories, as well as, in some concepts and key- theories. These categories, concepts and theories, when used and right supported by a investigated method, ask, by themselves, other topics and/or ideas of which the searcher will have to supply, in case he intends to use them in the intention of understanding some certain objective reality. In our analyses, on the territorial formation of the southern Paraná, we take care by the territory as a central concept in our analyses. The concept territory, in a relational perspective, as suppose Raffestin (1993), had stimulated us, systematically, to approach closer to the question of power, or better, of the powers, as a way for the study and the comprehension of the social movements. Inherent to all the relations, in all the social splits, the power, related to the territorial logical and the meanings that the work had assumed in the contemporarily, it

is a fundamental element that leaves us to advance in the comprehension of the dialectic of the work and of the appropriation of the territorial space.

Key- words: territory, social relation, work, power and alienation.

Introdução

O artigo que se segue tem como norte teórico, inúmeras reflexões que estamos desenvolvendo em nosso grupo de estudo, o GETERR, que há cerca de quatro anos, nos debruçamos na compreensão do conceito de território, bem como, na sua aplicabilidade para a análise da formação territorial do sudoeste paranaense. Contudo, este trabalho foi apresentado à disciplina “História social do trabalho no Brasil”, ministrado pela Professora Doutora Eda Goes, no segundo semestre de 2005, no curso de pós-graduação (*strictu senso*) em Geografia, da FCT-UNESP, campus de Presidente Prudente/SP.

O objetivo geral desse trabalho consiste em construir uma argumentação teórica que vise dissimular a freqüente carência conceitual presente na abordagem territorial quando, essa é limitada a noção de espaço físico ou, em outros termos, a uma noção do direito. Propomos, doravante, que em uma análise do sistema territorial há que se levar em conta a dinâmica relacional da sociedade, presente na produção *do, no e com o* espaço geográfico, a partir de sua tríade sistêmica indissolúvel: território, trabalho e poder.

Em uma abordagem cientificamente geográfica, cujo fundamento inscreva-se no âmbito da investigação e da compreensão da complexidade com que o espaço geográfico é apropriado por um determinado “tecido social”, devemos nos apoiar em certas categorias, bem como, em alguns conceitos e teorias-chave. Estas categorias, conceitos e teorias, ao serem utilizados e devidamente amparados por um método investigativo, demandam, por si, outros temas e/ou noções do qual o pesquisador terá que dar conta, caso pretenda aplicá-las no intuito de compreender uma dada realidade objetiva. Ou seja, um dado recorte espacial de análise.

Além disso, como bem assegura Haesbaert (2005, p. 87):

Todo conceito, como toda teoria, só tem validade quando referido a uma determinada problemática, a uma questão. Assim, o território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço.

Em nossas análises, acerca da formação territorial do sudoeste paranaense e de Francisco Beltrão/PR, primamos pelo território como conceito central em nossas análises. O conceito de território, numa perspectiva relacional, como sugere Raffestin, nos incitou, sistematicamente, a abordarmos mais de perto a questão do poder, ou melhor, dos poderes, como caminho para o estudo e a compreensão dos movimentos sociais.

Inerente em todas as relações, em todas as fissuras sociais, o poder é um conceito-chave, que nos possibilita avançarmos no desvendamento da dialética da produção e da apropriação do espaço territorialmente.

Determinados autores nos serviram de base para efetivarmos algumas argumentações, como notas, com respeito a temática proposta. Nossas principais fontes foram: Raffestin (1993), Maia (1995), Saquet (2003 e 2005), Haesbaert (1997, 2002 e 2005), Antunes (2005), Marx (2004), Foucault (1988, 1989, 1990, 1995), entre outros autores.

Fundamentamos-nos, inicialmente em Raffestin, que tece uma análise mais econômica e política do território, primando por um estudo do território numa perspectiva relacional, assim como Foucault o faz em suas análises acerca do(s) poder(es), como bem aponta Maia (1995). Haesbaert (2005), seguindo uma análise do território numa vertente mais culturalista e política, também nos auxiliará no intuito de analisarmos o território como multidimensionalidade.

Outro autor, Saquet (2003 e 2005), propõe uma interpretação das interfaces do território privilegiando não apenas uma dimensão do território, mas sim seu tripé EPC (econômico, político e cultural).

Na abordagem territorial, há posições múltiplas, como aponta Saquet (2004), que tentam contemplar as relações entre as dimensões da EPC, ora privilegiando aspectos políticos e econômicos, como Raffestin (1993) e Saquet (2003), ora culturais e políticos, como Haesbaert (1997) e outros. Também há aqueles que enfatizam uma destas dimensões, como Ratzel (1990) e Sack (1986). Embora não iremos aqui adentrar nessa questão, o território também pode ser apreendido sob a égide dos diferentes métodos investigativos e/ou modelos teórico-conceituais, como por exemplo, o materialismo e a fenomenologia.

Para tanto, iremos abordar, num primeiro momento, algumas considerações sobre o território em suas diferentes dimensões, abordagens e perspectivas, para depois entrarmos em uma discussão sobre o poder e o trabalho como elementos imbricados ao sistema territorial.

De antemão, podemos assinalar que a dinâmica territorial, por nós é compreendida, concomitantemente, como objetivação e reflexo da (i)materialidade relacional da sociedade (econômica, política e cultural – em uma palavra: social) agida e vivida no espaço e com a apropriação deste no tempo.

Em uma vertente materialista, Raffestin (1993, p. 7-8), afirma que:

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...].

Feito isso, discutiremos a problemática social que engloba a processualidade do(s) poder(es): essência do sistema territorial. O poder, como afirma Raffestin (1993), não é nem uma categoria espacial nem temporal, mas está presente em toda “produção” que se apóia no espaço e no tempo.

Elemento que ao mesmo tempo o anima, objetiva-o e o “desagrega”, já que esse se trata de uma relação social historicamente (re)produzida, o poder, que de forma nenhuma é possuído, mas sim exercido, logo, também é “fluidez”. “Justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade” (HAESBAERT, 2005, p. 101).

Espaço e Território: diferentes interpretações, abordagens e perspectivas.

Quem quer o fim quer também os meios e estes meios são inseparáveis de alguns riscos e até de algumas perdas. (ROUSSEAU).

Como nos lembra Sposito (2005), na Geografia existem várias concepções de território que servem como “porta de entrada” para a discussão desse conceito. Este autor identifica três vertentes básicas que historicamente serviram para tratar do estudo

do território, ou melhor, serviram para interpretá-lo, mas cujo arcabouço teórico ainda se faz presente em vários momentos quando abordado respectivo conceito.

São essas vertentes divididas em: **a)** *naturalista*: “segundo a qual o território aparece como imperativo funcional como elemento da natureza inerente a um povo ou uma nação e pelo qual se deve lutar para proteger ou conquistar”; **b)** uma abordagem “mais voltada para o *indivíduo* [que] diz respeito à territorialidade e sua apreensão [...]. Aí temos o território do indivíduo, seu ‘espaço’ de relações, seu horizonte geográfico, seus limites de deslocamento e de apreensão da realidade”; e **c)** quando sua utilização se faz *confundir com a noção de espaço*. (p. 17)

A tradição *naturalista* de apreensão do território e da territorialidade já foi, com veemência, criticada por Raffestin (1993), pois existem diferenças basais entre a reprodução extintiva dos animais – que desta deriva a necessidade de apropriação de uma determinada porção do espaço geográfico –, para um tecido social complexo e dinâmico marcado pelas relações de poder, pelas intencionalidades, pelas inter-relações, pelo jogo ideológico, etc. Mas aos naturalistas devemos o mérito de serem os primeiros a sistematizar e difundir o conceito de território e de territorialidade.

A segunda vertente de apreensão do território, vislumbrada por Sposito (2005), está mais sistematicamente direcionada aos anseios cognitivos de uma Geografia com forte conotação cultural(ista). Nesse caso, os sentimentos de pertencimento, de identidade, os espaços de representação, o enraizamento, entre outros elementos, interagidos com as demais dimensões do território, efetivam formas particulares de apropriação e de produção do espaço via a territorialidade.

A atribuição de significados e recortes espaciais ou delimitações pode produzir identidades territoriais específicas, o que acresce na questão política do território, como aponta Saquet (2003), o caráter cultural, mais subjetivo e simbólico.

É enfatizada nesta ótica, sobretudo, a territorialidade dos indivíduos, onde o conceito de lugar na Geografia também merece destaque.

No entanto, abordar o território sob uma perspectiva estanque e unidimensional, utilizando como exemplo o caso da dimensão cultural deste, não nos traz avanços notórios. “É evidente que ainda se poderia evocar os elementos dos códigos culturais, por exemplo, mas eles também são atravessados pelo código econômico e pelo código político” (RAFFESTIN, 1993, p. 47).

O território, em nossa compreensão, deve ser abordado em sua multidimensionalidade interagida. Seu âmago é social, portanto, suas dimensões são: política, economia, cultura e também natureza, imbricados relacionalmente pela historicidade e conflitualidade inerente a toda esfera do corpo social.

Nesse sentido, temos a contribuição do geógrafo Saquet (2003), que fez um esforço significativo no sentido de construir uma argumentação teórico-metodológica que articule o tempo, o espaço e o território, englobando aspectos da economia, da política e da cultura, o que ele chama de EPC.

Adiante, território também tem sido eventualmente confundido com a noção de espaço em muitas interpretações, como sugere Sposito (2005), quando enuncia a terceira tradição de estudo deste.

A essência desta confusão reside no fato de que muitos autores, por partirem do pressuposto de que o território é efetivado a partir da apropriação social do espaço – compreensão corretíssima – consideram-no apenas como sinônimo de chão, de propriedade, de área, de limite político-administrativo.

Como já foi dito, a dinâmica territorial é tida para nós, concomitantemente, como produto e condicionante da (i)materialidade relacional da sociedade (econômica, política, e cultural – em uma palavra: social) agida e vivida no espaço e com a apropriação deste no(s) tempo(s). O território, como afirma Saquet (2003, p. 24), é um lugar de relações e este, um território, a partir da apropriação e produção do espaço. O sistema territorial é, portanto, como aponta Raffestin (1993), produto e meio de produção.

Espaço e território não são idênticos. O espaço é anterior ao território. Nesse sentido, corroboramos com Raffestin (1993, p. 143), quando o autor afirma que:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator “territorializa” o espaço.

É fundamental ressaltar que o espaço constitui, metaforicamente, a “matéria-prima” para a produção do território, ou seja, o espaço é anterior ao território. O território é uma produção a partir do espaço. Cristaliza-se através da apropriação social do espaço (econômica, política e culturalmente) por atores que realizam determinadas atividades sociais: os atores *sintagmáticos*, cujas intencionalidades e comportamentos,

nas diferentes maneiras, tempos, dimensões e intensidades de territorializarem-se e viverem os produtos do(s) “processos” do(s) território(s), estão fortemente mescladas e intrinsecadas ao poder.

Em sua lógica de raciocínio, Saquet (2003, p. 24)), nos coloca que:

O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários.

O território, antes de qualquer outra coisa, é relação social, é conflitualidade geografizada. O território é a expressão concreta e abstrata do espaço apropriado, produzido. É formado, em sua multidimensionalidade, pelos atores sociais que o (re)definem constantemente em suas cotidianidades, num “campo de forças” relacionalmente emaranhado por poderes nas mais variadas intensidades e ritmos.

Seria simplificarmos por demais o conceito de território o analisar a partir de algumas de suas características. Mais uma vez insistimos, o território não é apenas chão e propriedade, é relação social. “Por meio de vínculos, por criações ou invenções humanas, através de práticas sociais, é que se produz território [...]” (HEIDRICH, 2005).

O território, como afirma Saquet (2005, p. 144), “[...] é natureza e sociedade simultaneamente, é economia, política e cultura, idéia e matéria [...] é local e global e singular e universal concomitantemente, terra, formas espaciais e relações de poder [...]”.

Seguindo o mesmo enfoque, merecem destaque as sínteses efetivadas por Haesbaert com respeito as diferentes noções de território. Haesbaert (2005, p. 91) agrupou essas concepções em três vertentes básicas:

- Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa às relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, muitas vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

- Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural; aquela que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

Este mesmo autor ainda faz alusão a vertente naturalista, segundo ele, menos vinculada hoje nas ciências sociais, que se utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza.

Os territórios são construídos socialmente, pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social. Podem ter um caráter mais econômico, como os dinamizados por empresários, por exemplo; mais político, como o de partidos políticos; e/ou, mais culturais, como o território de domínio da Igreja Católica, para mencionarmos, pois, apenas alguns exemplos. Reflete, em última instância, toda a produção que deriva das relações entre os homens e destes com a natureza (que também consideramos uma dimensão do social por ser freqüentemente apropriada econômico e/ou politicamente, ou simplesmente por estar envolta pelas intencionalidades).

Deste modo, podemos fazer abordagens bem diferentes da de Ratzel (1990), por exemplo – como veremos adiante – que fundamenta sua análise geográfica nos pressupostos metodológicos e filosóficos positivistas.

Seu método está centrado na indução: observação, descrição, comparação e classificação. O cientificismo desejado buscou no ideário positivista, através da busca por formulações gerais sobre a dinâmica da humanidade, partindo do pressuposto de que uma análise fundamentada cientificamente deveria ter como fonte as ciências mais desenvolvidas até então: as ciências naturais. “Somente a ciência natural progride como ciência investigadora de leis [...]” (RATZEL, 1990, p.34). Assim, posteriormente e de maneira sucinta analisaremos, Ratzel fundamenta um estudo a serviço do Estado alemão de sua época, em fase de definição territorial e intimamente ligada à expansão do capitalismo naquele país em formação.

O território para Ratzel seria sinônimo de solo. Mais que isso: dimensão eminentemente política cujo epicentro do poder, ou seja, cuja hegemonia e soberania se revelariam na figura do Estado-nação em sua forma plena. Como veremos adiante, uma visão extremamente limitada, por reconhecer a legitimação apenas do poder institucionalizado, limitando-o apenas a uma única forma: a estatal.

O inverso disso constatamos, ao concluir que todos nós somos atores reprodutivos de relações sociais, de poder, portanto, porém, em momentos e intensidades diferenciados. As relações e interesses não são isolados, mas sim articulados, porque o modo capitalista de produção detém formas singulares de organização baseadas na interconexão dos fenômenos.

Isto, porque o espaço é local, entretanto, como aponta Saquet (2003), devido às redes de circulação e comunicação, torna-se mundial, existindo, desta forma, diversos territórios e territorialidades sobrepostos e articulados no mesmo espaço geográfico, devido justamente, às complexas e abrangentes formas existentes de apropriação do espaço e de construção do(s) território(s).

Se delimitarmos uma porção do espaço geográfico, poderemos perceber algumas das relações políticas, econômicas e culturais que o cercam e dão conformidade as diversas manifestações territoriais. Pois, como bem ressalta Lefebvre apud Raffestin (1993), um território é constituído quando é transformado pelas modificações feitas pelo homem convivendo em sociedade.

Os territórios e suas respectivas territorialidades adquirem incontáveis possibilidades de manifestações no espaço geográfico e no tempo, muito além daquela puramente dirigida por um aparelho estatal.

Sendo assim, “o território é um espaço onde se efetuou ou se concretizou um trabalho, seja energia e/ou informação”, conforme concepções de Raffestin (1993), onde se encontram inerentes relações de poder e interesses. Toda ação cristalizada no espaço seja de qualquer gênero, demonstra, em algum nível, um território efetivado (infraestruturas públicas ou privadas, centros financeiros, construções históricas, organizações etc).

O território, como aponta Raffestin (1993), se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático. Ao se apropriar de um espaço, o ator territorializa o mesmo.

Lefebvre apud Raffestin (1993) argumenta que a produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc. são alguns dos elementos e mecanismos que vislumbram a passagem do espaço ao território. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, e que, por consequência, como já assinalamos, revela relações marcadas pelo poder.

Qualquer projeto efetivado no espaço geográfico, dotado de uma representação, revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993). A imagem manifestada como representação da realidade, é um instrumento de poder que tem em seu âmago uma estrutura pré-disposta a seus princípios e relações sociais de dominação.

Como afirma Raffestin (1993, p. 150), “toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessituras, nós e redes”. É interessante destacar, a esse respeito que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar suas ações. Os indivíduos ou os grupos sociais ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos pré-definidos aliados à dinâmica do modo de produção em determinado período histórico vigente.

A interação entre os diferentes locais pode ser política, econômica e cultural, e resulta de um intenso e “recíproco” relacionamento entre todos os elos da estrutura que compreendem e sustentam a dinâmica econômica e política (e suas subjetividades) em toda sua complexidade. Esse fator que justifica a formação dos sistemas de malhas, de nós e redes exprime no espaço e constituem de algum modo, as bases de sustentação do(s) território(s).

Cada território, assim, deve ser pensado em rede, articulado a outros territórios, em interação, em complementaridade, pois o território brasileiro resulta da interação de temporalidades e de uma pluralidade de territórios, cada qual com especificidades políticas, econômicas e culturais. (SAQUET, 2003, p. 222).

Todos nós elaboramos estratégias de produção e de vida, que se correlacionam com outras estratégias em diversas relações de poder.

Os atores agem e interagem-se, conseqüentemente, objetivam relações de influência, e/ou controle, afastamento e/ou proximidade e, assim, criam redes entre si. Segundo Raffestin (1993), uma rede pode ser abstrata ou concreta, visível ou invisível. São as redes que asseguram o controle *do e no* espaço geográfico através da circulação material e de informações. Toda rede é uma imagem do poder, produto e condição das determinações históricas do desenvolvimento. As redes, em suas diversas manifestações, garantem, nessa perspectiva, ao sistema territorial, status de produto e meio de produção.

Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de suas atividades diárias. Quer se trate de um sistema de relações de existência e/ou produtivas, todas são relações de poder, pois instauram atos de dominação e subordinação, seja de forma tácita ou explícita, visto que há interações entre os atores em suas relações cotidianas.

O poder é inevitável, afinal, se há atores que desempenham determinadas atividades e/ou funções, compreende-se, eventualmente, que haja outros atores empenhados em “orquestrar” devidamente tais atividades. É o que ocorreu com o trabalho historicamente, ou melhor, com a apropriação deste socialmente nos diferentes modos de produção. Como veremos a apropriação do trabalho e sua inevitável fragmentação com a divisão social deste, ratificou a dicotomização de seu par dialético: a energia e informação.

Por hora, nos limitaremos no fato de que historicamente, cada modo de produção suscitou diferentes formas de produção e apropriação do espaço, isto é, configuraram-se diferentes arranjos territoriais. Corrêa (1998) discute, além da organização espacial capitalista, as singularidades dos modelos espaciais organizados pelas sociedades feudal e colonial. Verificamos que cada modo de produção efetiva especificidades espaciais, segundo as determinações, necessidades e interesses das classes dominantes de cada período da história. Fato é que o modo capitalista de produção assume um arranjo espacial e territorial característico, particular, já que aglutina e articula processos político-jurídicos, econômicos e um aspecto cultural (subjetivo) em seu conteúdo estrutural.

Diversas produções organizam-se no espaço de diversos modos em diferentes tempos e intensidades, formando as mais variadas configurações do território, que

adquire, como enfatiza o geógrafo Raffestin (1993), propriedades de descontinuidade e heterogeneidade, sobrepondo-se ao espaço e aos outros territórios de acordo com as características de cada lugar e momento histórico, impondo-se como um autêntico sistema.

Uma outra problemática, da qual não iremos tratar com mais propriedade neste trabalho, a da essência e da aparência, também se intercala no âmbito analítico do sistema territorial. Como existem diversas produções cristalizadas no mesmo espaço geográfico, organizadas em arranjos territoriais próprios, e que se distinguem por diversos fatores, faz-se preciso, deste modo, analisar individualmente cada imagem, cada arranjo territorial.

Jamais limitando as análises apenas à aparência, é de fundamental importância uma busca histórica para compreender a gênese dos fenômenos, dos elementos e dos fatores que condicionaram a estrutura em si. Cabe à ciência geográfica um papel muito importante no sentido de interpretar as múltiplas facetas da organização territorial.

Faz-se indispensável a análise e interpretação cotidiana dos processos que nos rodeiam, e que agregados por um leque de conjuntos e fatores, consubstanciam as formas em si.

O estudo do espaço geográfico através das dimensões territoriais nos remete um caminho promissor para compreensão da interação do homem no espaço, enquanto ser ativo socialmente.

Trabalho e poder: a (des)efetivação do território

[...] uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida cheia de sentido dentro do trabalho.(ANTUNES, 2003).

Como vimos, diversas são as definições e apreensões do(s) território(s). Escapando de qualquer unanimidade, o conceito de território há séculos vem sendo amplamente difundido pela Geografia e outras ciências sociais e naturais, em suas diversas perspectivas analíticas.

Dentre as distintas definições de território, assinaladas outrora, as mais difundidas, e que caracterizam a gênese do conceito, são aquelas que enfatizam a sua vinculação com relações de poder, predominando sua dimensão mais política.

Nossa intenção, nesta altura do texto, é a de construirmos algumas argumentações sobre a inter-relação entre o conceito de território, a noção de poder e a problemática do trabalho (abstrato) na atualidade. Para tanto, mais uma vez vale a pena dizer que adotamos uma perspectiva relacional do território e do poder, tendo como referências Raffestin (1993), Antunes (2003), Marx (2004) e idéias formuladas por Foucault, presentes na obra de Maia (1995).

De início, Russell (1990, p. 29), nos concede uma idéia bastante ampla (não menos pífia, mas carente de maiores reflexões) sobre a qualidade do poder quando afirma que “o poder pode ser definido como a produção de efeitos pretendidos”. Por seu turno, Raffestin (1993, p. 51) nos alerta que “se há uma palavra rebelde a qualquer definição, essa palavra é poder”.

E foi justamente a questão do poder, na tradição geográfica de estudo do território, tema amplamente debatido por F. Ratzel – uma referência obrigatória para a Geografia Política – no final do século XIX, com suas obras “Antropogeografia” (1882) e “Geografia Política” (1897).

Não pretendemos aqui, efetivarmos uma abordagem completa sobre o legado intelectual de Ratzel para com o conceito de território. O fundamental consiste em ressaltarmos que para Ratzel, o questão do poder, inerente ao sistema territorial, está intimamente vinculada ao aparelho estatal.

Por um lado, temos uma grande contribuição deste geógrafo, quando o mesmo defende a idéia de “território como imprescindível para alcançar objetivos políticos [...], pois para ocorrer o domínio do Estado, seria necessário existir um território”. (CANDIOTTO, 2005, p. 78-9). Aqui temos uma definição de território como “solo”, cujo poder se enraizaria e canalizaria-se na soberania do Estado-Nação.

Neste último aspecto é que encontramos uma de suas principais limitações. Mais especificamente, no que tange a questão do poder na analítica territorial ratzeliana. Limitação esta que, por sinal, como bem nos lembra Raffestin, envolveria toda produção teórica da Geografia Política clássica: o enfoque unidimensional do poder como monopólio estatal.

Para Ratzel, assim ratifica Raffestin (1993, p. 1), tudo se desenvolve como se o Estado fosse o único núcleo de poder, como se todo o poder estivesse concentrado nele.

O poder emergiria, nesta ótica, de um ponto “fixo” e se materializaria nas determinações do Estado na gestão do território. É o território área, território propriedade, que selaria uma tradição de sua caracterização na Geografia Política.

Numa perspectiva relacional do território (como adotamos), o poder, tramitando por uma vertente foucaultiana, jamais pode ser restringido a uma forma única e acabada: como no caso da monopolização do poder, compreendido pela Geografia Política clássica, em sua conformação institucionalizada no Estado-nação. Uma visão política e paradigmática do poder advinda do Direito.

É esta justamente a crítica de Foucault em suas análises sobre o poder: a aversão de uma analítica do poder que tome o direito como modelo. Desta forma, como aponta Maia (1995, p. 86), “procura-se fugir de uma tradição onde se utiliza o modelo formal e centralizador do Direito como parâmetro à compreensão das relações de poder, modelo este que tem se revelado insuficiente para dar conta da incessante, fluida e matizada movimentação das relações políticas e de poder”.

Como assinala Foucault, “[...] o poder é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações [...]” (MAIA, 1995, p. 85). Podemos afirmar, grosso modo, que a retórica do poder centrado no modelo do Direito, constituiu a essência do sistema territorial concebido por Ratzel, bem como, pela Geografia Política Clássica de maneira holística.

Como oportunamente nos lembra Lefebvre apud Raffestin (1993, p. 1), é “preciso dissipar a freqüente confusão entre Estado e poder. O poder nasce muito cedo, junto com a história que contribuiu para fazer”.

O poder, para Foucault deve ser analisado não em termos de propriedade, mas em termos de estratégia. “Isso implica que qualquer agrupamento humano vai estar sempre permeado por relações de poder, posto que a existência deste tipo de relação é coexistente à vida social” (MAIA, 1995, p. 87). O papel do Estado numa perspectiva relacional tem que ser redimensionado, frente a todo exclusivismo exacerbado outrora outorgado na tradição da Geografia Política clássica do estudo do território.

Obviamente que o Estado ainda continua sendo um elemento muito importante para se compreender o território, principalmente porque no modo capitalista de

produção o Estado atua como agente organizador da economia, embora seja legitimando e objetivando as ações e determinações do capital, proporcionando condições, em forma de subsídios, para uma precisa difusão do capital, mobiliza todo um aparato jurídico, político e ideológico, materializado em forma de empréstimos e financiamentos, incentivos econômicos, difusão de informações - isso demonstra alguns dos vários exemplos do pacto estatal com os agentes do capital.

Além do mais, “[...] o Estado, enquanto forma de controle do homem sobre as coisas e não sobre outros homens, subsistirá inclusive na sociedade muito mais desenvolvida do futuro” (SCHAFF, 1990, p. 34).

Mesmo tendo em vista que, adentro no sistema produtor de mercadorias, o Estado acaba por canalizar grande parte dos focos de poder, redimensionando-o e mesmo o maquiando, é preciso lembrarmos de que, como assinala Maia (1995, p. 90),

[...] as relações de poder se dão num campo aberto de possibilidades onde, embora constata-se o fato de encontrar-se todo o tecido social imerso em uma ampla rede de relações de poder, não temos como corolário a existência de um poder onipresente, esquadrinhando todos os recantos da vida em sociedade levando a uma situação na qual não haveria espaço a resistência e alternativas de transformação.

Jamais somos aprisionados pelo poder, como assinala Maia (1995, p. 91), pois “[...] a base das relações de poder seria o confronto belicoso das forças sociais em antagonismo constante [...]”.

Acrescenta o autor, fundamentado em preceitos da analítica de Foucault que, “[...] há nas relações de poder um enfrentamento constante e perpétuo. Como corolário dessa idéia teremos que estas relações não se dão onde não haja liberdade” (MAIA, 1995, p. 89).

O exercício do poder pressupõe a afirmação da idéia de existência de indivíduos livres socialmente. No capitalismo, como qualquer organização que se fundamente nos princípios inerentes à propriedade privada, em consequência lógica, os sujeitos encontram-se em uma liberdade *alienada* - requisito essencial para atuarem, com seu trabalho, de maneiras determinadas no complexo jogo de reprodução da vida em sociedade.

Por ora, mais uma vez insistimos, uma concepção do poder, vinculado na doutrina do Direito, proporciona estreitezas no âmbito da compreensão da multidimensionalidade com que socialmente se produz o espaço pela sua apropriação territorial. Isso sem se

falar no território como “produto consumido”: na territorialidade, onde as projeções e possibilidades dos poderes, como fluidez, são praticamente infinitas. Pois a territorialidade também é sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores.

Justamente por consistir em relação, o poder configura-se no formato de rede. Melhor, em um sistema de redes em amálgama, onde territórios heterogêneos se entrecruzam constantemente, com suas propriedades de descontinuidade e de sobreposição.

Eis a razão porque a apreensão do sistema territorial deve estar embasada na noção de redes. Rede esta, como aponta Maia (1995, p. 88), que permeia todo o corpo social, articulando e integrando os diferentes focos de poder (Estado, escola, prisão, hospital, asilo, família, fábrica, vila operária etc.) que se apóiam uns nos outros.

Território e poder, assim como sociedade e natureza, tempo e espaço, se tornam apenas abstrações teóricas quando analisados de maneira segmentada. O poder, já que presente em todas as fissuras do corpo social, em todo sistema de relações e de representações (objetivas e subjetivas) da realidade, torna-se um elemento indissolúvel do território, concomitantemente, um *a priori* e um *a posteriori* de todo sistema territorial.

“O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia” (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

Nesta passagem, o autor estabelece um papel central a população como elemento constitutivo do território, em sua perpétua dinamicidade de inter-relações e imanências de poderes. O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Afirma Raffestin (1993, p. 58), “[...] será fácil compreender porque colocamos a população em primeiro lugar: simplesmente porque ela está na origem de todo o poder”.

Raffestin (1993, p. 52), estabelece, didaticamente, uma distinção entre o poder (com p minúsculo) e Poder (com P maiúsculo).

O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem.

Podemos observar que Raffestin (1993) concebe, para além do “Poder” emanado pelas organizações políticas, a possibilidade existencial, mesmo que em menores escalas e intensidades de repercussão e abrangência, o “poder” presente no incessante jogo relacional da sociedade como um todo.

Ainda como aponta o mesmo autor, “[...] todos os atores sintagmáticos estão engajados num complexo jogo relacional: não vivem, sobrevivem, se desenvolvem, crescem somente pelas relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 41). Relações que se desenvolvem em função do poder e que também dão origem e mudam este de conteúdo constantemente.

Numa tentativa de precisar o poder, Raffestin (1993, p. 53) discorre: Foucault fez uma série de proposições. Elas não o definem, mas são mais importantes que uma definição uma vez que visam a natureza do poder: *a)* o poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos; *b)* as relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas; *c)* o poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados; *d)* as relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas; e, *e)* onde há poder há resistência e no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder.

Como percebemos nas proposições sistematizadas por Foucault com respeito a questão da essência do poder, este pode se originar e adquirir propriedades incontáveis, pois sua natureza provém de uma “ordem” também inesgotável em termos de potencialidade. A saber, a sociabilidade humana.

Assim, toda “[...] relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Toda relação social é produtora de espacialidade/espacialização. Produz (des)continuidades, pela natureza (des)territorializadora do poder. Induz, inevitavelmente, o homem a seu mais íntimo desejo: o de apropriação. Pois como ressalta Octávio Ianni, as relações sociais não flutuam, efetivam-se no espaço. E o poder só é de fato perceptível, como sugere Raffestin (1993, p. 64), por ocasião de um processo relacional.

Em sua célebre obra “O poder uma análise social”, Bertrand Russell (1990, p. 13) chega a afirmar que “as leis da dinâmica social são leis que só podem ser formuladas em termos de poder, não em termos desta ou daquela forma de poder”.

E acrescenta: “só percebendo que o amor ao poder é a causa das actividades que são importantes nos assuntos sociais é que a história, quer ser a antiga ou a moderna, pode ser interpretada corretamente” (RUSSELL, 1990, p. 13).

Russell (1990, p. 14), compara o poder a energia, quando coloca que ele “deve ser encarado com estando continuamente a passar de uma das suas formas a qualquer das outras, e deveria ser o trabalho da ciência social procurar as leis de tais transformações”. Que tarefa árdua e quanta responsabilidade incumbiria-se as ciências sociais com tal pretensão! O importante é atentarmos para a circunstância de que sendo inerente a qualquer relação, torna-se desnecessário distinguir um poder político, de um econômico ou cultural, etc.

Aproximando-nos dos tópicos finais do respectivo trabalho, algumas colocações com relação à questão do trabalho, dentro da análise relacional do poder e do território, se fazem necessárias.

Inicialmente, considerando que, “*sendo toda relação um lugar de poder*, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação” (RAFFESTIN, 1993, p. 53-4.- Grifo nosso).

Raffestin (1993, p. 56) nos fornece uma importante contribuição ao colocar que “[...] o poder se enraizaria no trabalho. O trabalho seria esse vetor mínimo e original, definido por duas dimensões: a energia e a informação. O trabalho é a energia informada”.

Este autor considera o trabalho como uma relação social pautada em duas dimensões: energia e informação – originalmente, par dialético cujo principio esteve circunscrito na mais primordial das necessidades humanas: a de sua realização enquanto espécie.

A energia desprendida no ato do trabalho decorreria de uma decodificação das informações. Alicerçada, por sua vez, nos anseios do ser que trabalha. Em outras palavras, inicialmente, o trabalho se soergueu sobre suas bases socialmente úteis: a da produção de *valores de uso*.

Historicamente – e contraditoriamente – por circunstâncias alheias ao próprio trabalhador (destituído de propriedade privada), fora dissociado tecnicamente do trabalho a dimensão informacional de sua outra dimensão concebida em termos de energia.

A energia, desprendida no momento da produção pelo trabalhador, passou a expressar não mais sua ulterior realização, a sua própria efetivação enquanto homem e natureza. Igualmente, passou a se caracterizar como meio específico cuja finalidade consista a intenção de prover outros fins (a da mera sobrevivência enquanto ser).

Foi esta ruptura histórica *do e no* trabalho que Marx chamou de *alienação* em sua obra “Manuscritos Econômico-Filosóficos”. Não pretendemos, pois, nos debruçar no afã de detalharmos precisamente as abrangências e aplicabilidades de tal conceito nesta altura do texto. Seria uma tarefa inconveniente e destoante para o momento. Apenas queremos resgatá-lo sucintamente e enfatizá-lo em termos de poder. Com relação ao processo histórico da *alienação*, Marx (2004, p. 116), afirma que:

Já que o trabalho alienado aliena a natureza do homem, aliena o homem de si mesmo, o seu papel ativo, a sua atividade fundamental, aliena do mesmo modo o homem a respeito da espécie; transforma a vida genérica em meio da vida individual. Primeiramente, aliena a vida genérica e a vida individual; depois, muda esta última na sua abstração em objetivo da primeira, portanto, na sua forma abstrata e alienada.

A *alienação* do ser que trabalha (do processo produtivo, do produto efetivado e de sua expressão social humana, como aponta MARX, 2004), cujo princípio demarca a separação ou da energia ou da informação do trabalho por parte do trabalhador, agora se tratando do *trabalho abstrato* (ANTUNES, 2003), só obteve êxito pela sua vinculação ao poder inerente à propriedade privada: que historicamente gozou de relevância notável, a ponto de induzir o trabalho (abstrato) a intencionalidades determinadas, a outras finalidades que fugiriam a vontade do próprio trabalhador.

Em termos de poder, o triunfo do *trabalho abstrato* só foi realizável pela sua apropriação e a conseqüente dicotomização do trabalho em energia e informação, ou seja, pela sua crescente alienação – produto histórico da sociabilidade decorrente de uma organização fundamentada na propriedade privada. Mas a questão não é tão simples assim, pois, como nos remete Raffestin (1993, p. 57):

Se fosse verdadeira a hipótese de que a força de trabalho é a única coisa de que os homens podem dispor livremente, as relações de poder não seriam

muito dissimétricas. No entanto, não é isso que ocorre, pois é possível a apropriação do trabalho. Apropriar-se do trabalho significa destruí-lo ou, mais exatamente, submetê-lo a uma dicotomia e separar a energia da informação: apropriar-se de uma e/ou de outra. No fundo, é impedir o homem de dispor de uma e de outra ao mesmo tempo, o que, significa privá-lo de sua capacidade primitiva de transformação. As organizações, ao separarem a energia da informação, no nível do trabalho, realizaram a primeira fissura social. Desde então a energia assim liberada pôde ser combinada com uma outra informação e esta, resultando de uma acumulação anterior, pôde ser combinada com outras energias.

É justamente no processo de apropriação do trabalho (agora dicotomizado em energia e informação) com todo seu potencial de abstração (estranhamento, fetichização, etc.) em uma sociedade que prima pela produção de valores de troca, é que a questão do poder se complexifica.

Não se trata apenas de compreendermos em quais condições se efetiva a apropriação do trabalho, ou melhor, da captura da energia enquanto dimensão decorrente do trabalho humano, mas também de apreendermos, em sua dimensão informacional, as diferentes combinações e direcionamentos que este trabalho abstrato, alienante, obtém, promovendo a produção do espaço via o território.

O território, seja em suas dimensões mais objetivas (política e econômica) ou em sua dimensão cultural, mais subjetiva, é sem dúvida produto do trabalho humano. Mas do trabalho humano *coisificado*. Por isso que o sistema territorial é a um só tempo, contraditório, desigual e combinado.

Trata-se do território tido em termos de poder, de apropriação e de dominação. “As organizações podem, em seguida, controlar mais facilmente os fluxos de energia e os fluxos de informação. Portanto, a partir daí, podem reparti-los, distribuí-los, fazê-los circular, aplicá-los em pontos precisos para obter um outro resultado” (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Pela apreensão da energia proveniente do *trabalho abstrato*, os códigos informacionais, que resumem, em certa medida, vontades e poderes hegemônicos, produzem igualmente o território e suas representações. Por esse contexto, os homens perderam, em grande escala, suas capacidades originais de transformação através de seu trabalho, passando em grande parte para as organizações, como ressalta Raffestin (1993).

Desta forma, concordamos com Marx apud Antunes (2003, p. 173), quando o mesmo sustenta que o “reino da liberdade” somente se instauraria quando o trabalho deixasse de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente impostas.

Considerações Finais:

O território e suas representações sociais, por sua vez, configuram-se como um misto de relações: de sujeição e dominação, de (des)realizações, de subserviência e insatisfação às somas sempre refeitas das determinações. Embaladas pelos diferentes tons e intensidades dos poderes interagidos socialmente.

O trabalho, e seus atores *sintagmáticos*, circunscrevem-se como elementos centrais na análise territorial. Mas território não é sinônimo de liberdade, é para uns, realização e para outros, desencanto social. O território, o trabalho e o poder é uma tríade indissolúvel, e a geografia deve compenetrar-se na elaboração de uma linguagem consistente que vislumbre suas estruturas históricas, para somente assim compreender o devir dialético do(s) território(s) em sua multidimensionalidade vivida e agida.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

CANDIOTTO, Luciano Z. P. Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na Geografia. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 67-86.

CORRÊA, Roberto L. **Região e organização espacial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 5. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1990.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Rabinow. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**. Trad. Vera Porto Carreiro. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberdo Machado. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. (Coletânea de textos de Foucault organizados e traduzidos por Roberto Machado).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. 7. ed. Petrópolis: vozes, 1989.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 87-120.

_____. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

_____. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HEIDRICH, Álvaro L. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 37-66.

MAIA, Antônio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 83-103, out. 1995.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antônio Carlos R (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. p 32-150. (Col. Grandes Cientistas Sociais, 59)

RUSSELL, Bertrand. **O poder**: uma análise social. Lisboa: Editora Fragmentos, 1990.

SACK, Robert. **Human territoriality**: Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**: as conseqüências da segunda revolução industrial. Tradução de Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes. São Paulo: Editora Unesp; Brasiliense, 1990.

SAQUET, Marcos A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST edições, 2003.

_____. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 121-148.

SPOSITO, Eliseu S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 15-36.

***Recebido em 05/07/2006**

Aceito para publicação em 15/08/2006